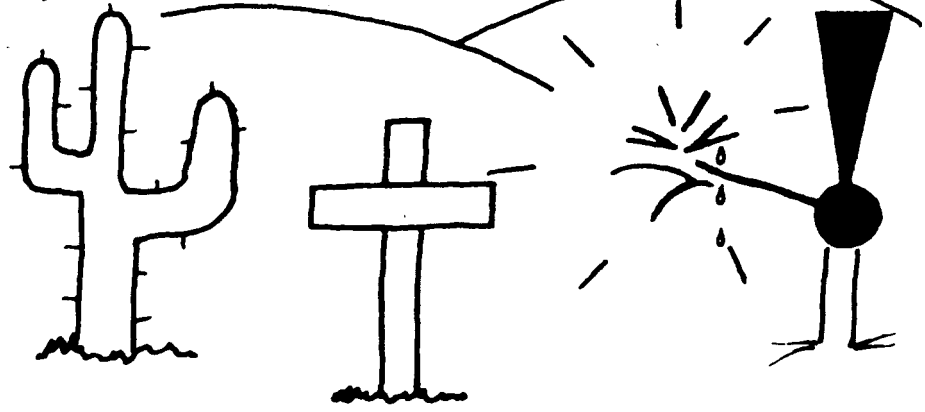


Aconteceu

MASSACRADOS UMA CENTENA DE GARIMPEIROS

(Pág. 3)

VIVA HENFIL



Trueta / 88

Última página

CENTRÃO GANHA MAIS UMA VEZ CONHEÇA SUAS PROPOSTAS

Aconteceu

Aconteceu nº 438
Janeiro de 1988

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da
Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Junior
Jether Pereira Ramalho
(coordenador)
Jorge Luiz Carrera Jardineiro
Marcus Vinicius Grod Borges
Neide Estarci
Sérgio Alli
Vera Maria Masagão Ribeiro

Editor

Xico Teixeira

Diagramação e Arte
ARTE GRAPHICA
Praça Floriano, 55/602
Rio de Janeiro-RJ

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe; comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais em todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 100,00 (Brasil);
US\$ 60,00 (América Latina);
US\$ 85 (América do Norte);
US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).
Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual
Cz\$ 350,00

América Latina: US\$ 30 América do Norte: US\$ 40 Europa, África e Ásia: US\$ 45

Fazendo sua assinatura de apoio

você recebe de brinde

um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI —
Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.
Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 100,00

América Latina: US\$ 50 América do Norte: US\$ 65 Europa, África e Ásia: US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241
Rio de Janeiro — RJ.

Em virtude de algumas mudanças verificadas neste final de ano, o **Aconteceu semanal** sofreu uma pequena interrupção em sua periodicidade. Voltamos a oferecer a informação com os fatos da semana na espe

rança de que este novo ano signifique mais uma etapa importante na incessante luta por melhores tempos, para todos; **"Só a teimosia exercita a esperança"**.

MASSACRE NO GARIMPO

Não foram três, mas quase 100 os garimpeiros mortos pela Polícia Militar do Pará no choque durante a operação de desobstrução da ponte rododotferroviária de Marabá na terça-feira, afirmou Nelson Marabuto, um dos integrantes do grupo de trabalho criado pelo Congresso para dar solução aos problemas do garimpo de Serra Pelada. Nelson Marabuto acusou o governador do Pará, Hélio Gueiros, de responsável pelo "massacre" dos garimpeiros. Disse que, em Serra Pelada, negociava um acordo com os garimpeiros, aos quais só ofereceu "o que foi permitido pelo ministro (do Interior) João Alves". Disse, ainda, que estava autorizado pelo ministro a dar entrevista. Embora o prazo para entrega do relatório do grupo de trabalho fosse 30 de novembro, no dia 26 de setembro foi decretada intervenção federal em Serra Pelada, através de um órgão chamado Secretaria Nacional de Cooperativas, que teria autoridade sobre a Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada. A decisão foi contestada por vários integrantes do grupo de trabalho. O relatório do grupo de trabalho foi entregue ao ministro no dia 17 de dezembro e previa a aplicação de Cz\$ 500 milhões, boa parte dos quais para a quitação de dívidas da Cooperativa. Os maiores credores são a Construtora Brasil, de Belo Horizonte, e o atual secretário-geral do Sindicato de Garimpeiros que atua em Serra Pelada, Milton Gatti, que praticamente detém o monopólio do fornecimento do combustível a Serra Pelada e teve participação destacada no movimento de

obstrução da estrada e da ferrovia, que culminou com o ataque da Polícia Militar. No dia 17 de dezembro, o ministro João Alves havia marcado nova reunião para discutir as conclusões do relatório. Nelson Marabuto afirmou que o relatório havia sido aprovado pelo ministro e que seria entregue esta semana ao presidente José Sarney.

Salto no rio

Nelson Marabuto disse que saiu de Serra Pelada, onde estava assinando o acordo com os garimpeiros, e chegou à ponte 11 minutos após o início do conflito, ainda conseguindo presenciar cenas da tragédia. Segundo ele, havia crianças chorando, mulheres desesperadas e garimpeiros baleados. "A ação da Polícia Militar foi programada, propositadamente, para massacrar os garimpeiros", afirmou. Os 400 soldados, incluindo os da tropa de choque, avançaram dos dois lados da ponte, não deixando, praticamente, saída para os garimpeiros, disse. Para fugir dos tiros da Polícia Militar e do gás lacrimogêneo, contou Marabuto, muitos preferiram pular da ponte, numa altura de 79 metros, para o rio Tocantins. - A Polícia Federal já recolheu depoimentos de garimpeiros sobre cenas sangrentas, como o fuzilamento de uma mulher grávida, a sangue-frio, pelo soldado Miranda, que depois a jogou no rio - disse Marabuto. Ele garante que a maioria dos corpos dos garimpeiros foi levado de Kombi, para destino incerto. "Não

foi uma ação de desobstrução, mas uma ação premeditada no sentido de evacuar, a qualquer custo, aquela ponte", acusou. Ele disse que o prefeito de Marabá, Hamilton Bezerra, considerou a decisão do governador uma intromissão indevida no seu território municipal, que, mesmo com a ocupação da ponte pelos garimpeiros, não sofria risco de abastecimento, controle sanitário ou blecaute de energia. "A retirada dos garimpeiros feridos foi feita pelo prefeito e por mim, em 20 ônibus contratados, sob a mira das metralhadoras dos soldados da Polícia Militar", garantiu Marabuto. Segundo ele, um ônibus foi ocupado por cinquenta feridos, todos a ba

la. Desde quarta-feira chegou a Serra Pelada o delegado especial Wilson Perpétuo, enviado pelo diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, para chefiar as investigações sobre o desaparecimento dos garimpeiros. Ele já colocou barcos no rio Tocantins para fazerem contatos com a população ribeirinha e levantar informações sobre os desaparecidos. Nelson Marabuto disse que a volta a Serra Pelada no dia 5 de janeiro, com as máquinas contratadas à Construtora Construmil, para fazer o rebaixamento de 250 mil metros cúbicos de garimpo - um dos itens do acordo que, segundo ele, será mantido pelo governo federal. (JB - 2/1/88)

Constituinte

VOTAÇÃO PODE IR ATÉ ABRIL

Se todos os prazos forem mantidos e não houver atrasos na votação em plenário, a Constituição estará concluída em abril, segundo avaliação de parlamentares. A partir de amanhã, começa a correr o prazo de sete dias para que cada um dos 559 constituintes possa apresentar quatro emendas cada, podendo também oferecer emendas substitutivas e coletivas - desde que inscritas por, ao menos, 280 parlamentares - ao texto constitucional. Hoje será publicado o texto final do novo regimento interno, que passou 45 dias em discussão. Após o prazo para emendas, o relator Bernardo Cabral terá prazo - entre os dias 14 e 20 deste mês - para apreciar e apresentar parecer sobre as emendas. Os dias 21 e 22 servirão para publicação e distribuição do parecer do relator, e entre os dias 23 e 25 cada constituinte poderá apresentar até seis destaques cada para a votação em plenário. Antes que a matéria comece a ser discutida pelo plenário da constituinte, no dia 27, será aberto um dia (26) para apresentar requerimentos de preferência com 56 assinaturas para a votação dos destaques e será feita a organização das preferências e destaques pela

Mesa da Constituinte, para ordenação dos trabalhos em plenário. (JB - 6/1/88)

D. PAULO PEDE RESPEITO À CONSTITUINTE

Um apelo para que o presidente Sarney assumira a condição de governante de transição e respeite o que decidir o Congresso constituinte foi feito ontem por d. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, ao transmitir sua mensagem de Natal. Como tem feito há dezoito anos, ao falar sobre a data, o cardeal traçou um quadro do ano de 1987, com muitas críticas à situação de empobrecimento da população e a violência que enfrenta. Segundo d. Paulo, "a vontade do povo deve ser norma suprema e o presidente, uma pessoa sensível, que se diz servidora do povo, saberá respeitar a Constituinte". Sobre a nova Constituição, ele afirmou que lamenta o fato de ainda não estar pronta. "O que foi feito é o que se tem de melhor. Acho o conteúdo desta nova Constituição razoável", afirmou. D. Paulo também defendeu a necessidade de eleições imediatas para presidente da República, traçando o per-

fil da pessoa que considera a indicada para mudar os rumos do país: "É fundamental que o presidente tenha credibilidade, para que o povo possa confiar nele nas horas mais simples e nos momentos de crise", disse, ressaltando a necessidade de o governante prever o que irá acontecer no futuro e trabalhar nesse sentido, além de unir o incentivo ao crescimento econômico e social com a abertura de novos empregos e a justiça social. Ao fazer um balanço, ele disse que, do ponto de vista político, 1987 foi um ano negativo, quando se presenciou a passagem de três ministros da Reforma e Desenvolvimento Agrário

(Dante de Oliveira, Marcos Freire e Jäder Barbalho, o atual) e a queda de três ministros da área econômica (João Sayad, do Planejamento, Dilson Funaro e Bresser Pereira, da Fazenda), "o que nos mostra que o governo não acertou". Na sua mensagem de final de ano, em que destaca a importância da esperança e do otimismo num momento de renovação como o Natal, d. Paulo citou também da necessidade de integração do homem com a natureza, condenando sua devastação, e dos idosos. "Os aposentados necessitam de uma solução pa-

ra viverem com dignidade." Ele usou como exemplo a viúva de um ex-catedrático que até há poucos meses recebia Cz\$ 12,00 e hoje ganha 120,00 de pensão. (FSP - 24/12/87)

O QUE QUER O CENTRAO

As propostas de alteração dos itens aprovados na Comissão de Sistematização da Constituinte já estão no plenário da Constituinte. Nesta nova etapa, a discussão será em torno do texto definitivo da nova Constituição. Aí é que surgem os descontentes. O grupo mais forte dos "contra" da Constituinte é o chamado Centrão. Dele fazem parte líderes de latifundiários, em presários, especuladores, além de ilustres figuras dos governos da velha república como Delfim Neto, Roberto Cardoso Alves, Bonifácio de Andrada e Amaral Neto. O que eles querem é modificar o texto base da Constituinte, que aponta para conquistas populares importantes. O Centrão traduz o pensamento da maioria da Constituinte mas, como disse o senador Mário Covas, não expressa e nem representa a opinião da maioria da população.

AS MUDANÇAS PROPOSTAS

Itens	Projeto da Sistematização	Emenda do Centrão
Estabilidade no emprego	O trabalhador tem estabilidade no emprego. Só pode ser demitido por justa causa, por contrato a termo ou por fato econômico intransponível.	A estabilidade é substituída por uma indenização progressiva correspondente a um salário mensal por ano de trabalho.
Piso salarial	Proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.	Conforme convenção ou acordo coletivo de trabalho.
Participação nos lucros	Conforme convenção coletiva de trabalho ou o que for definido em lei.	Conforme o que for definido em lei.

Continuação:

Itens	Projeto da Sistematização	Emenda do Centrão
Trabalho em turnos ininterruptos	Jornada de no máximo seis horas.	Jornada especial a ser definida em lei.
Horas-extras	100% acima da hora normal	50% acima da hora normal.
Férias	Anuais, com remuneração integral.	Anuais, remuneradas em pelo menos um terço a mais do que o salário normal.
Licença à gestante	De 120 dias, paga integralmente pelo empregador.	De 120 dias, paga integralmente pela Previdência Social.
Causas trabalhistas	Imprescritíveis.	Prescritíveis após dois anos.
Intermediação de mão-de-obra	Proibida a intermediação.	Lei disporá sobre a intermediação, inclusive mediante locação.
Síndicatos	Proibida a constituição de mais de um sindicato por categoria.	Permitida a constituição de mais de um sindicato por categoria, mas apenas um representará os trabalhadores nas negociações.
Greve	É livre a greve, vedada a iniciativa patronal.	É assegurado o direito de greve, nos termos da lei.
Reforma Agrária	A União pode desapropriar imóveis rurais que não cumpram sua função social. Proíbe a desapropriação de pequenas e médias propriedades.	Amplia mecanismos de defesa de propriedades consideradas produtivas.
Sistema tributário	O espírito do texto é o de favorecer Estados e municípios na distribuição do bolo tributário. Municípios podem cobrar impostos de custeio de obras e serviços resultantes do uso do solo urbano.	Mantém o espírito do projeto da Sistematização mas proíbe os municípios de cobrar os impostos de custeio resultantes do uso do solo urbano.

Censura

O projeto é de caráter liberalizante. Censura nas telecomunicações e diversões públicas tem caráter indicativo. Prevê censura para programas que utilizem temas ou imagens consideradas atentatórias à moral, aos bons costumes ou incitem à violência (esta questão não foi votada na Sistematização, por falta de tempo).

Tem caráter mais restritivo. Cria a possibilidade de censura, além das previstas no projeto da Sistematização, a temas ou imagens consideradas atentatórias aos "valores cívicos" (sem definir estes valores).

(FSP - 5/1/88)

O Centrão aprovou sua proposta de regimento interno da Constituinte, ao rejeitar em bloco os destaques apresentados pelo PT e PDT, que tiveram 228 votos contra, 148 a favor e 24 abstenções. Assim, permanecem no regimento a preferência automática para emendas ao projeto da Constituição com 280 ou mais assinaturas, e a repetição da votação das matérias destacadas, 24 horas depois, caso não haja quórum na primeira votação. (JB - 6/1/88)

Trabalhadores urbanos

BANERJ DEMITE POR GREVE EM SP

O secretário de Estado do Trabalho, Jorge Gama, intercedeu junto ao presidente do Banerj, Eduardo da Silveira Gomes Jr., para que o banco reveja as demissões de nove funcionários do Centro de Processamento de Dados, em São Paulo. As demissões foram feitas no dia 2 de dezembro, mas nenhum dos funcionários - alguns com 19 anos de casa - assinou qualquer espécie de papel, porque todos eles, orientados pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, evitaram comparecer ao departamento do pessoal do Banerj. Segundo os funcionários demitidos, a dispensa ocorreu em consequência da greve realizada no final do mês de outubro. (JB - 30/12/87)

vêm inibindo até os planejamentos dos sindicatos dos trabalhadores, que não conseguem traçar suas estratégias de negociações para o próximo ano. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo marcou um seminário para discutir a campanha salarial de 88 no início de janeiro. A única linha já definida, segundo a diretoria, é de "ataque frontal", já que está previsto um endurecimento nas relações trabalhistas no próximo ano. "Se este ano que os líderes sindicais consideram bom para as empresas, as conquistas foram duras, não temos ilusões quanto a um ano de recessão como será 88", afirmou um dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. (JB - 22/12/87)

METALÚRGICOS DE SAO BERNARDO JÁ DISCUTEM CAMPANHA

As indefinições na política econômica

AEROVIÁRIOS DE SP RESOLVEM ADIAR PARA JANEIRO DECISAO SOBRE GREVE

Os aeroviários e aeronautas de São Paulo adiaram para o dia 12 de janeiro a decisão sobre a paralisação das duas catego-

rias, mantendo porém o estado de greve. O adiamento foi decidido em assembleia conjunta das duas categorias. Esperam assim ganhar mais alguns dias para negociar com as companhias aéreas. As categorias receberam duas propostas. A primeira atende determinação do Tribunal Superior do Trabalho, que sugeriu às empresas conceder 44% de reajuste a partir de 1º de dezembro. A outra proposta foi feita pela Varig e pela Vasp, que ofereceram reajuste de 57% para os aeronautas (tripulantes) e 60% para os aeroviários (pessoal de terra), também a partir do dia 1º. As propostas estão longe do total reivindicado pelas duas categorias, que realizam campanha unificada. Exigem para os 15 mil trabalhadores da base (12 mil aeroviários) 100% de reajuste a partir do último dia 1º e mais 55% entre reposição e produtividade divididos em dez parcelas mensais a partir de janeiro. A reivindicação atinge um total de 210% sobre os salários de novembro e motivou uma greve de advertência de 48 horas, que praticamente paralisou o tráfego aéreo nos últimos dias 12 e 13. (FSP - 29/12/87)

JOAQUINZAO QUER ALIANÇA COM A CUT

Se depender de Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinção, presidente da Central Geral dos Trabalhadores, a entidade vai procurar aliar-se às demais centrais operárias do país, em particular à Central Única dos Trabalhadores (CUT), com o objetivo de enfrentar unidas as dificuldades econômicas e sociais dos trabalhadores, cuja tendência é de um agravamento em 1988. - Ainda temos divergências, mas em 1987 demonstramos que temos condições de nos unir em torno de objetivos comuns, como na greve geral de 20 de agosto - lembra Joaquinção. Mas como a greve de agosto frustrou os sindicalistas filiados à CUT e à CGT, por causa da escassa adesão dos trabalhadores ao movimento, não será com novas paralisações que vão conseguir mobilizar os trabalhadores. Afinal, reconhece o próprio presidente da CGT, a greve geral não foi um sucesso porque o país estava em processo de recessão. E em época de recessão, trabalhador prefere manter o emprego do que arriscar perdê-lo. (JB - 22/12/87)

Trabalhadores rurais

CAMPONÊS JOVEM SOFRE MAIS ACIDENTES EM PERNAMBUCO

São os trabalhadores rurais mais jovens - com idade entre 13 e 25 anos - os mais atingidos pelos acidentes no campo em Pernambuco. Dos acidentes de trabalho registrados nos postos do INPS em 29 dos 167 municípios do estado - a maioria na zona canavieira - 42% atingem camponeses dessa faixa etária. A conclusão é da Fundacentro, vinculada ao Ministério do Trabalho, que realizou, de 1985 a 1987, a primeira pesquisa sobre acidente de trabalho na área rural pernambucana. Verificou-se, ainda, que são a foice e a enxada - instrumentos seculares usados pelos trabalhadores no plantio e corte da cana - os res-

ponsáveis pelos ferimentos de 90% dos agricultores. - Apesar de serem os únicos dados disponíveis até hoje, eles não representam a totalidade das ocorrências, considerando que são poucos os trabalhadores rurais que comunicam os acidentes nos postos do INPS, por ignorância ou até pela distância entre o local do acidente e o do atendimento - diz Édson José Hatem, um dos oito técnicos pernambucanos da Fundacentro que participaram da pesquisa. A alta incidência de acidentes entre os trabalhadores mais jovens, decorre, segundo ele, "da falta de fiscalização dos órgãos que cuidam do trabalho de menores". Constatou-se que a maioria dos acidentes - 70,9% - ocorre durante o corte da cana (entre setembro e outubro) e no período

das chuvas no Agreste e Serto pernambucanos (de dezembro a março), quando se prepara a terra para o plantio. As partes do corpo mais atingidas, de acordo com a pesquisa, são os pés e as mãos, que somam 61,55%. - O mais curioso, porém, foi que os acidentes provocados pelo uso do trator tivessem um índice tão alto, ficando na terceira colocação entre as causas, incluindo equipamentos mecânicos e manuais, e na primeira, entre as provocadas por equipamentos mecânicos - 48%. Acredito que isto acontece porque existem motoristas, e não tratoristas, lidando com essa máquina no campo - explica Hatem. O delegado interino da Delegacia Regional do Trabalho, Marcos Santos, acha que a divulgação dessa pesquisa pode levar o governo federal a estabelecer uma legislação específica para acidentes no campo. Segundo Marcos Santos, existe um projeto neste sentido, em estudo já há quatro anos. Ele admite que a falta dessa legislação impossibilita a ação das delegacias de trabalho e que se possa "exigir a proteção necessária para diminuir os índices". - Para nós, tantos acidentes não são novidade - diz o presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (Fetape), José Rodrigues da Silva. Mesmo defendendo o uso de luvas e botas para prevenir os acidentes, ele reconhece que, no caso dos trabalhadores que manejam a foice, seria difícil convencê-los a

proteger as mãos: "São tantos anos trabalhando com as mãos nuas, que eles já se acostumaram." (JB - 5/1/88)

REFORMA AGRÁRIA É 'DEMAGÓGICA' DIZ NOTA DOS SEM TERRA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra divulgou uma nota oficial intitulada "1987 um ano de demagogias com a reforma agrária", onde pretende provar a partir de uma tabela organizada com os próprios dados oficiais fornecidos pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad) até o último dia 17 de dezembro, que o programa de reforma agrária da "Nova República não passa de demagogia e de falsas promessas". Segundo a nota, o governo desapropriou apenas 148 fazendas, totalizando uma área de 906.389 hectares, mas somente foi conseguida imissão de posse para 115 fazendas, com um total de 655.202 hectares. E na área que o governo conseguiu autorização para entrar caberiam cerca de 16.338 famílias assentadas. A nota conclui que o governo cumpriu apenas 5% da meta prevista, já que apenas umas 12 mil famílias foram assentadas durante o ano, dados considerados "insignificantes" pelo movimento, "diante do compromisso e da lei do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, que determinava que o governo deveria assentar, em 1987, 300 mil famílias". (FSP - 24/12/87)

Índios

RESERVA VIRA CANAVIAL

A reserva dos índios potiguaras, no litoral paraibano, está se transformando num grande canavial, explorado por lavradores que pagam o arrendamento em cana-de-açúcar, numa proporção de quatro toneladas por hectare cedido ao ano. O produto alimenta as usinas e destilarias de álcool que, segundo os índios, já tomaram 14 mil hectares da terra que lhes foi doada pelo rei de Portugal, em duas sesmarias - Monemor e São Miguel - que juntas somavam

57.600 hectares, hoje reduzidos a 21.280 hectares reconhecidos pelo governo em demarcação realizada pelo Exército em 1983. A reserva fica no município de Baía da Traição, distante 80 quilômetros de João Pessoa. Nela vivem cerca de 5.500 pessoas, distribuídas em 16 aldeias, seis das quais ficaram fora da área demarcada e sob proteção do artigo 198 da Constituição Federal, que assegura serem essas propriedades "bens inalienáveis". (JB - 20/12/87)

FUNAI FAZ PROMESSA AOS YANOMAMI

O Presidente da Funai, Romero Jucá Filho, garantiu que ainda este ano a comunidade indígena Yanomami terá as suas terras demarcadas. Pelos estudos já realizados, a área Yanomami mede de quatro a 14 milhões de hectares. O presidente do órgão nomeou uma comissão de 12 técnicos para fazer o levantamento fundiário e cartorial, com vista a demarcação e a definição das atividades a serem incrementadas na área Yanomami, localizada nos territórios de Roraima e do Amazonas, com recursos do Projeto Calha Norte. A área Yanomami é uma área síntese do problema de demarcação em faixa de fronteira, e tornou-se uma questão histórica pelos problemas internacionais que a envolvem, disse Romero Jucá Filho. O Governo brasileiro já recebeu correspondências de pessoas e entidades de países como Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra, entre outros, preocupados com o problema. Segundo ele, a demarcação das terras Yanomami é uma prioridade de governo, e isso já foi assegurado pelo presidente Sarney.

Índios x Garimpo

A primeira medida concreta da Funai foi a assinatura de um convênio com o governo de Roraima com objetivo de evitar novos conflitos envolvendo garimpeiros e ín-

dios. O convênio prevê a instalação de um posto de vigilância na região de Macajai, dentro da área indígena, onde, em agosto do ano passado um confronto armado envolvendo índios e garimpeiros resultou na morte de 5 pessoas. O convênio assinado pelo governador do Território, general Roberto Pinheiro Klein e o presidente da Funai, Romero Jucá Filho, é parte de um plano de emergência para a área, que será desencadeado ainda este mês com vistas a demarcação definitiva da área Yanomami. (ESP e NOTÍCIAS POPULARES - 3/1/88)

O ANO DA CULTURA

1988 será o "Ano da Cultura Indígena", de forma a resgatar e promover a cultura do índio em nosso país, segundo garantiu o presidente da Funai. Para ele, 'trata-se de uma demonstração de respeito a um dos pilares da nossa nação e, mais que tudo, de um resgate da importância da cultura indígena na formação da nossa brasilidade. Jucá pretende incrementar o número de visitas, especialmente estudantes, ao Museu do Índio no Rio de Janeiro, além de promover diversas exposições em diferentes cidades brasileiras. Ele ainda pretende incentivar a comercialização de produtos artesanais, que tem funcionado como fonte alternativa de renda para as comunidades indígenas, habituadas a consumir produtos industrializados. (ESP - 3/1/88)

Igrejas

BAHIA FAZ PROCISSÃO MARÍTIMA, MAS SEM PRESENÇA DE D. LUCAS

A procissão marítima de Nosso Senhor Bom Jesus dos Navegantes, que reuniu cerca de 400 embarcações na baía de Todos os Santos no primeiro dia do ano, teve uma novidade: para surpresa geral, o arcebispo primaz do Brasil, d. Lucas Moreira Neves, não tomou o seu lugar na galeota que conduziu a imagem. É a primeira vez em 15 anos que o primaz não acompanha a procissão. Mais tarde, d. Lucas explicou que

seria uma experiência nova para ele e que temia o desgaste da procissão marítima. Por isso, preferiu seguir por terra, de carro, até a igreja da Boa Viagem, na península de Itapagipe. Mas, também, chamou a atenção para que não se desvirtue a religiosidade da festa (que no caso da procissão costuma transformar-se em prévia carnavalesca): "Fui enviado aqui para salvaguardar a pureza de nossa fé" D. Lucas chegou às 8 horas à basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia, na praça Cayru, próxima do elevador Lacerda e do mer-

cado Modelo, na cidade baixa. Para lá, na tarde anterior, a imagem do Bom Jesus dos Navegantes havia sido conduzida pelos pescadores. Depois da missa solene para milhares de fiéis a multidão acotovelou para conduzir o andor até a galeota "Gratidão do Povo", que desde o século passado transporta a imagem do Senhor dos Navegantes na procissão. A galeota esperava no cais do 2º Distrito Naval. Iniciada a procissão, a festa religiosa transformase em um prolongamento do reveillon (as pessoas saem dos clubes diretamente para os barcos). É grande o grito de carnaval, com milhares de baianos e turistas bebendo e sambando em dezenas de embarcações. Na chegada à praia da Boa Viagem, onde d Lucas já esperava, a multidão na areia e

nas barracas de bebida e comida típica suspendeu o batuque, respeitando o ritual para que a imagem fosse reconduzida ao seu altar, na igreja do bairro. Ao mesmo tempo, a galeota foi puxada, sobre trilhos colocados na areia e guardada no galpão ao lado da igreja, de onde só sairá na próxima festa. No dia seguinte, d. Lucas revelou seu espanto pela forma de comemoração dos baianos. Para o primaz do Brasil a festa deve ser mais de cunho religioso e menos profano, demonstrando ainda preocupação com o que irá acontecer na festa do Senhor do Bonfim, a maior celebração do sincretismo baiano. D. Lucas quer mais moderação e menos carnaval. (O ESTADÃO - 3/1/88)

TERRAS INDÍGENAS

Já encontra-se à disposição de estudiosos e interessados na questão indígena o documento do CEDI/MUSEU NACIONAL TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL.

É o mais recente trabalho de listagem, mapeamento e avaliação crítica da situação jurídica e o habitat dos povos indígenas no país. O documento, de 148 páginas, apresenta várias sugestões para uma abordagem mais realista e eficaz da problemática

Índio no Brasil. Aponta os aspectos positivos definidos na Comissão de Sistematização da Constituinte, como o direito ao índio ao seu habitat, e critica a atuação da Funai que "tem sido lenta e ineficaz na preservação dos índios e seu habitat".

O documento conclui ainda que o órgão indigenista "não tem tido um bom desempenho sequer no tocante à proteção das áreas identificadas e/ou delimitadas".

Segundo ainda a publicação do CEDI, "garimpos não indígenas, atividades de pesquisa e lavra por empresas mineradoras, implantação de hidrelétricas

passagens de estradas, entre outras, têm afetado seriamente o uso e posse pelos indígenas do seu habitat. Entre outras observações, o documento conclui também que, "reconhecer o habitat

dos índios não coloca em risco de maneira alguma,

o desenvolvimento do meio rural. (...)

Os fatores impeditivos do avanço da agricultura brasileira são muito mais complexos, envolvendo variáveis econômicas e políticas de outra ordem. Atribuir ao índio tal poder e capacidade seria apenas um grande e artificial "imbroglio" (sic), construído na medida para atender interesses particulares e indeclináveis".

O documento foi preparado durante dois anos de pesquisas e elaborado em conjunto pela equipe do programa Povos indígenas no Brasil, do CEDI e equipe do projeto Estudo Sobre Terras Indígenas no Brasil: invasões, uso do solo, recursos naturais, do Museu Nacional.

Preço do exemplar: Cz\$ 350,00

UM EXERCÍCIO DE LIBERDADE

Hélio Pellegrino

Há três tipos de mineiros - o banqueiro, o burocrata e o visionário. Henfil, sem dúvida, foi um visionário. Revoltado, indignado, mas também impregnado de uma fagulha de humor. E todo humor, no fundo, é bondade. O humor transforma-se num exercício de liberdade, e dissolve o rancor. Conhecia Henfil há uns oito, dez anos, e o mais impressionante é que nas muitas vezes que o visitei doente, em casa ou no hospital, ele nunca mostrou um momento de rancor. Pelo contrário. Até na dor, revelava humor junto às enfermeiras, com os médicos. Há pouco tempo, os médicos estavam preocupados com a sua lucidez, e ele sabia disso. Quando entrei no quarto, ele me perguntou, com uma ponta de ironia: "Quem é você?" "O rei da Bessarábia", respondi. E ele caiu na gargalhada. Não sei qual seria a relação entre o humor de Henfil e a hemofilia, com a qual conviveu a vida inteira. Me lembro do filme Tesouro de Sierra Madre, de John Houston. Aquele punhado de homens em busca do ouro, que suportam as piores condições, até serem roubados por bandidos, que deixam o ouro escapar. Diante do absurdo da situação aqueles homens riram até não poder mais. Creio que com Henfil deve ter ocorrido algo parecido. Cultivou a capacidade

de rir, com a consciência que o hemofílico tem da morte. Alguns poderiam reagir com rancor ou acovardamento. Mas Henfil reagiu com humor. Brincar é se vingar da morte. Humor é a vingança contra o destino, a vingança contra a injustiça, a vingança contra o opressor. É uma saída através do riso. Henfil conquistou um humor lúcido - foi o sujeito mais extraordinariamente lúcido que conheci. Sempre batalhador, indignado, corajoso - e, o que é raro, original. Podem achar o seu humor agressivo - mas o país em que viveu não merecia outra coisa. E Henfil não podia dar-se ao luxo de ser leve. Henfil contraiu Aids através de transfusões de sangue - uma inominável perversidade e um retrato do Brasil, que clama aos céus por vingança, mas não sensibiliza o governo. O Brasil é um país em que os ricos podem ter alguma forma de controle sobre o sangue, mas não a maior parte da população. Que a morte de Henfil sirva ao menos como denúncia e protesto deste quadro que configura a apoteose da perversão. A vida inteira, Henfil lutou contra a doença, pela saúde, extravasou sua indignação contra a opressão. O seu humor foi uma vingança de uma força extraordinária. Foi uma libertação do seu destino. (JB - 5/1/88)